

Conferência dos Ministros da Educação, do Trabalho e da Juventude

“Aprendizagem ao longo da vida”

Lisboa 17-18 de Março de 2000

**A “SOCIEDADE DA APRENDIZAGEM” NO CORAÇÃO DE
UMA ESTRATÉGIA SOLIDÁRIA E DEMOCRÁTICA PARA
OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO E DA COMPETITIVIDADE**

Augusto Mateus (*)

O mundo e as sociedades modernas e desenvolvidas, em especial, encontram-se num momento particular da sua evolução que se nos afigura poder ser caracterizado como uma *“encruzilhada estratégica”*, isto é, como um momento de rápida transformação sujeito a pressões e decisões que, no essencial, não podem, nem devem, ser geridas em função da inércia do passado ou das motivações do presente, mas, ao contrário, em função de visões e escolhas sobre o futuro.

O principal símbolo deste momento particular é o paradoxo da viragem para o século XXI se fazer num contexto onde a *“Democracia”* e o *“Mercado”* nunca tiveram tanta força e expressão à escala mundial e, ao mesmo tempo, nunca revelaram, de forma tão clara, os seus próprios limites em matéria de organização das sociedades e das economias.

A exigência de novas e alargadas formas de participação política e de vivência concreta da cidadania, a revitalização dos movimentos por mudanças concretas e palpáveis em matéria de descentralização e igualdade de oportunidades, o recrudescimento do combate pela transparência e contra a corrupção, por um lado, a consolidação de formas duradouras de exclusão económica e social que coexistem com novas e pujantes formas de prosperidade económica, a nova instabilidade estrutural associada à especulação financeira e ao surgimento de novas realidades de capitalismo patrimonial, a crise dos sistemas de cuidados de saúde e protecção social e o alastramento de formas de desemprego de longa duração, por outro lado, constituem manifestações *“ruidosas”* das *“falhas”* da *“Democracia”* e do *“Mercado”*, tal como se afirmaram no final de século XX.

(*) Professor Catedrático convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

A dimensão desta encruzilhada reflecte, por outro lado, uma *divergência de ritmos de mudança entre as realidades económicas e sociais*, que se transformam rapidamente num processo quase contínuo, e *as realidades políticas e institucionais*, que se transformam muito mais lentamente através de saltos e descontinuidades.

Esta divergência permite aliás, compreender o surgimento de algumas tentações "radicais", seja de acorrer às limitações do funcionamento da "democracia" com a adopção de princípios de "mercado", seja acorrer às falhas do "mercado" com base em fundamentalismos liberais (para os quais o mercado em si não tem falhas duradouras bastando desregular para as corrigir) ou estatizantes (para os quais o mercado produz desigualdades e desequilíbrios que importa corrigir em permanência com intervenções políticas discricionárias ou novas regulamentações).

Os fundamentalismos liberais ou estatizantes possuem como característica comum o facto de se traduzirem em abordagens e mensagens demasiado simplistas não conseguindo pensar adequadamente a nova complexidade das sociedades e das economias modernas e, portanto, os novos mecanismos de regulação que lhe estão associados que envolvem, nomeadamente, a valorização das regras sobre os regulamentos, a valorização de formas descentralizadas do tipo "bottom-up" sobre as formas centralizadoras do tipo "top-down", a valorização do "público" sobre o "estatal", e a gestão do risco e da incerteza associados à aceleração da inovação e da iniciativa.

A encruzilhada estratégica em que nos encontramos exige, assim, do nosso ponto de vista, a adopção de uma estratégia centrada na inovação e na eficiência, isto é, orientada para a *democratização da democracia* e para a *regulação dos mercados*, garantindo a afirmação da cidadania e a recompensa da inovação em ambientes abertos e concorrenciais. Para esta estratégia não só não existe nenhuma contradição entre competitividade e solidariedade como elas representam objectivos inseparáveis na promoção de um novo modelo de crescimento económico em sintonia com a sustentabilidade ambiental e a coesão social, isto é, com futuro (1).

(1) Ao contrário das propostas dos fundamentalismos liberais ou estatizantes onde, respectivamente, a "competitividade" se opõe à "solidariedade", produzindo sociedades em perda de coesão e desigualdades económicas crescentes ou a "solidariedade" se opõe à "competitividade", produzindo economias sem dinamismo nem capacidade concorrencial e competitiva para sustentar no médio prazo os empregos e o nível de riqueza compatíveis com as expectativas legítimas das populações.

A emergência de novas formas de organização das economias e das sociedades produziu já a manifestação de um conjunto suficientemente expressivo de transformações e sinais que sugerem e implicam mudanças e reformas relativamente profundas em diferentes áreas e, muito em particular, na esfera da educação e da formação profissional numa lógica de qualificação, mobilidade e adaptabilidade dos recursos humanos enquanto factor chave de desenvolvimento económico.

As segundas fases dos programas Sócrates (2), envolvendo ensino básico e secundário (Comenius), ensino superior (Erasmus), educação de adultos (Grundtvig), difusão das línguas europeias (Língua) e valorização do ensino à distância e da utilização das tecnologias de informação (Minerva), e Leonardo da Vinci (3), envolvendo, na formação profissional, acções associadas à dinamização da mobilidade, de projectos-piloto de inovação e utilização de tecnologias de informação e comunicação, de redes transnacionais e de competências linguísticas, materializam novas iniciativas europeias que configuram, com clareza, linhas de respostas aqueles sinais.

(2) A segunda fase do programa de acção comunitária em matéria de educação "Sócrates" visa contribuir "para uma Europa do conhecimento, através do desenvolvimento da dimensão europeia da educação e da formação, promovendo a aprendizagem ao longo da vida, com base na educação e na formação formais e informais, e apoiar a aquisição dos conhecimentos, aptidões e competências susceptíveis de favorecer uma cidadania activa e a empregabilidade" e tem como principais objectivos o "reforço da dimensão europeia da educação a todos os níveis, facilitando o acesso transnacional aos recursos educativos na Europa e promovendo simultaneamente a igualdade de oportunidades em todos os sectores da educação", a "promoção da melhoria quantitativa e qualitativa do conhecimento das línguas da União Europeia", a "promoção da cooperação e da mobilidade" e o "incentivo à inovação no desenvolvimento das práticas pedagógicas", Cf. Decisão nº 253/20007CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de Janeiro de 2000.

(3) A segunda fase do programa de acção comunitária em matéria de formação profissional "Leonardo da Vinci" visa contribuir "para a promoção de uma Europa do conhecimento, através do desenvolvimento de um espaço europeu de cooperação na área da educação e da formação profissional" e apoiar "as políticas dos Estados-Membros em matéria de aprendizagem ao longo da vida e a aquisição dos conhecimentos, aptidões e competências susceptíveis de favorecer uma cidadania activa e a empregabilidade" e tem como principais objectivos a "melhoria das aptidões e competências das pessoas, em especial dos jovens, na formação inicial a todos os níveis" através da "da formação em alternância e da aprendizagem, a fim de promover a empregabilidade e facilitar a inserção e reinserção profissionais", a "melhoria da qualidade e do acesso à formação profissional contínua e da aquisição de aptidões e competências ao longo da vida, tendo em vista o aumento da adaptabilidade, sobretudo para consolidar e evolução tecnológica e organizacional" e a "promoção e contributo da formação profissional para o processo de inovação, tendo em vista um reforço da competitividade e do espírito empresarial", Cf. Decisão do Conselho de 26 de Abril de 1999.

A emergência de novas formas de organização das economias e das sociedades apresenta uma tendência pesada que, em nosso entender, coloca os desafios mais interessantes e difíceis, seja no terreno do funcionamento das economias de mercado, seja no terreno do funcionamento das democracias e que pode ser sintetizada no processo de substituição acelerada de trabalho não qualificado por trabalho qualificado, de trabalho directo por trabalho indirecto e de activos corpóreos por activos incorpóreos, enquanto alavancas de minimização de recursos e criação de valor.

Como procuraremos demonstrar, estes desafios questionam modelos sociais e institucionais, visões, profissões e poderes estabelecidos, bem como políticas públicas e estratégias empresariais em perda acelerada de eficácia e aplicabilidade. O resultado final destas transformações em curso está, ainda, em grande parte em aberto e, se elas apresentam um potencial estratégico muito importante em favor da possibilidade de chegar a sociedades mais justas, democráticas e coesas e economias mais dinâmicas e equilibradas, revelam, ao mesmo tempo, se mal geridas e não moldadas por comportamentos corajosos de defesa do "interesse geral" e do "bem comum", uma capacidade não desprezível de promoção de novas formas de exclusão, desigualdade e injustiça.

A presente conferência aborda um tema absolutamente crucial nesta batalha de transformar a emergência de uma nova economia num factor de progresso económico, social e institucional. É no terreno das pessoas e das organizações que se vai ganhar ou perder esta oportunidade e, sobretudo, é na reforma radical dos sistemas e dos modelos de educação e formação que se podem construir as forças e as capacidades determinantes para este processo.

A *"aprendizagem ao longo da vida"*, como processo de progresso individual e organizacional, onde uma aquisição inicial de conhecimentos e competências se actualiza, revê, recicla, desenvolve e valoriza de forma contínua para responder a desafios concretos colocados por economias e sociedades em mudança aberta, qualificando pessoas e organizações para criar e distribuir melhor a riqueza, constitui, com efeito, talvez, o terreno mais fértil, radical e duradouro para as mudanças necessárias (4).

(4) E, também, para a não menos necessária derrota das concepções, propostas e práticas não democráticas que encontram nas dificuldades do presente, nomeadamente no terreno da exclusão e das desigualdades, a base para a respectiva afirmação.

É tempo de retomar a análise da encruzilhada estratégica apontada para melhor situar os desafios onde se inserem os programas europeus de educação e formação orientados pelo objectivo da aprendizagem ao longo da vida.

1. *A construção europeia na era da globalização: uma imprescindível renovação dos modelos de competitividade, solidariedade interna e cooperação externa.*

A *globalização* dos mercados e das actividades económicas em curso, atinge, no essencial, os *processos* e os *produtos* bem como os modelos de financiamento e consumo, isto é, refere-se à criação de realidades directamente mundiais a diferentes níveis abarcando as formas de mobilização de recursos humanos, científicos e tecnológicos para a organização de actividades económicas disseminadas e repartidas por diferentes países e regiões, mas integradas globalmente, em cadeias de valor empresariais, redes logísticas de mobilidade de pessoas, produtos, informação e conteúdos, o desenvolvimento dos mercados financeiros mundiais, a difusão de normas globais e a intensificação crescente do conteúdo em "informação" da produção.

O processo de "aprofundamento" da integração internacional das actividades económicas, que deve ser visto como um autêntico salto qualitativo e não como uma mera aceleração de uma tendência já conhecida, originou uma realidade complexa ainda mal conhecida e insuficientemente teorizada, embora abundantemente descrita nos seus passos concretos de afirmação.

A uma globalização que se configura como uma integração económica em "profundidade" respondeu a União Europeia com a aceleração do seu próprio processo de aprofundamento.

A entrada na terceira fase da união económica e monetária, a realização da moeda única europeia, a consolidação de um mercado interno de grandes dimensões, ao reequilibrarem a dimensão dos instrumentos da política económica face à dimensão dos mercados, podem ajudar a criar uma situação que comporte uma clara tendência para a afirmação da estabilidade macroeconómica, permitindo um crescimento económico mais sustentado no plano ambiental e social e, sobretudo, um crescimento económico com baixa inflação.

A Europa terá no euro uma nova alavanca para desempenhar um papel mais activo na organização da economia mundial e no funcionamento do sistema financeiro internacional, na medida em que se for consolidando como alavanca de desenvolvimento das relações empresariais de comércio e investimento, mas que se exprimirá, igualmente, ao nível do relacionamento com os outros grandes pilares da economia mundial - América do norte e Ásia desenvolvida - e com as regiões emergentes dinâmicas, de que o MERCOSUL é, talvez, o exemplo mais interessante.

O grande valor potencial da concretização da moeda única, no sentido de que pode ser alcançado, mas não é automático, é, deste modo, o da criação de novas condições de estabilidade e sustentação para o crescimento económico na Europa, por um lado, e de uma nova capacidade de afirmação da Europa no Mundo, por outro lado.

As vantagens da UEM e da moeda única só serão, no entanto, concretizadas, no entanto, se forem criadas as condições práticas para o pleno aproveitamento do potencial do progresso tecnológico alcançado, não só no terreno da produção, mas também necessariamente, no terreno da organização das condições de vida, das infra-estruturas e do consumo.

A variável chave será, como sempre, o nível e a qualidade do investimento, isto é, da "sementeira" que, na época de globalização em que vivemos, dependerá, decisivamente, da qualificação endógena e integrada de competências humanas diversificadas numa Europa que saiba ser mais competitiva, também, porque mais solidária internamente e porque portadora de um modelo de cooperação internacional próprio, ajustado às grandes prioridades da sustentabilidade do planeta e do reforço da sua coesão económica e social.

2. *As implicações do novo paradigma económico da "economia de procura": um novo quadro para a natureza do poder económico, as formas de regulação dos mercados e o papel das instituições sociais.*

A transição para um *novo paradigma económico, social, técnico e organizacional*, que marca os nossos dias, comporta todo um conjunto de características associadas, não apenas à difusão de novas tecnologias, mas também, às dinâmicas de reorganização mundial dos mercados em articulação com a pressão urbana e demográfica.

A nova relação entre oferta e procura, isto é, a "*nova economia*" engendrada pelo processo de globalização é, em áreas fundamentais, uma "economia de procura", isto é, uma economia onde a dinâmica de organização e resposta flexível a uma procura segmentada toma o lugar

anteriormente ocupado pela dinâmica de oferta, polarizada por decisões sobre capacidades a instalar e recursos a valorizar.

Um novo princípio de eficiência, baseado na minimização de custos e recursos vai, assim, redistribuindo o poder económico no seio das cadeias de valor em favor das actividades de concepção e distribuição e em detrimento das actividades de mera fabricação.

A difusão de novas tecnologias e a redução do ciclo de vida dos produtos arrasta a progressiva impossibilidade de somar ganhos "locais", nos múltiplos segmentos do processo produtivo, e a crescente necessidade de realizar ganhos "sistémicos", na organização do conjunto das tarefas de concepção, produção e distribuição.

As novas realidades ao nível das redes logísticas de mobilidade de pessoas, produtos, informação e conteúdos e nos domínios dos recursos humanos, do financiamento, dos custos de produção, produzem alterações que a crescente utilização da protecção da propriedade intelectual, das marcas e da inovação nos canais de distribuição exprime com particular nitidez.

O que muda na "economia de procura" são as regras e a lógica dos factores de *competitividade* - onde, cada vez mais, o que é relevante é o "delivered by", e não o "made in"- e de *rendibilidade* - onde, cada vez mais, importa minimizar custos para satisfazer procuras detectadas no(s) mercado(s), e não maximizar receitas para satisfazer decisões autónomas de investimento em capacidades produtivas.

Com a "*economia de procura*" emerge um novo, e mais complexo, sistema de valores e restrições que tende a afirmar o primado da trilogia *Organização - Sistema - Valor* sobre a trilogia Trabalho - Equipamento - Produção, que caracterizou a "economia de oferta".

Neste novo paradigma económico a lógica das "economias de rede" desenvolve-se em vários domínios, arrastando novas formas de integração e cooperação, onde se podem produzir sinergias com ganhos económicos que se medem em termos de potência, e não de simples adição, e onde se podem multiplicar as actividades com perfis de desenvolvimento compatíveis com rendimentos crescentes.

A progressiva valorização do "*imaterial*" e do "*virtual*" nos bens e serviços económicos (marcas, sistemas formais de garantia de qualidade, imagem global dos países e regiões de origem, modelos culturais e de consumo associados aos produtos) desenvolve-se com base na gestão da *informação*, do *conhecimento* e da *diferenciação* e faz-se combinando tendências simultâneas para o "gigante" (coordenação centralizada) e para o "pequeno" (redes descentralizadas).

Esta nova "economia da procura", se revaloriza as dinâmicas de consumo, não é uma economia global de satisfação dos consumidores e das suas necessidades, nem representa, ainda, um modelo de "economia ao serviço das pessoas". Trata-se, no entanto, de uma profunda transformação no capitalismo e nas suas relações sociais, onde os agentes empresariais mais dinâmicos continuam, não só, a deter um forte poder de mercado, como o conseguem crescer acompanhando a respectiva globalização.

3. *A relevância acrescida das organizações, dos territórios e das pessoas: uma clara valorização da dimensão territorial da competitividade*

A globalização dos mercados e a consolidação da UEM na Europa, tem vindo a criar um novo contexto onde as realidades de base regional tendem a afirmar-se como espaços económico-sociais no seio dos quais se podem definir estratégias com suficiente autonomia e especificidade que se têm revelado decisivas para a promoção sustentada da competitividade, nomeadamente nas actividades centradas em bens de consumo de maior valor acrescentado ou em equipamentos e serviços especializados ou, de um modo mais geral, em actividades de crescimento estratégico por diferenciação.

O cruzamento das iniciativas de promoção da competitividade empresarial com iniciativas associadas às políticas regionais e locais – reinventando "velhos" conceitos como o de "distrito industrial" ou dando espessura territorial a "novos" conceitos como o de "cluster" – constitui um poderoso instrumento de desenvolvimento económico e de criação de riqueza, nomeadamente se forem desenvolvidas respostas concretas a dois desafios cruciais, a saber:

- o desenvolvimento de novos factores de atracção e conservação da localização de actividades económicas estruturantes, onde as infra-estruturas tradicionais de apoio à circulação material de pessoas e bens cedem a posição determinante às novas infra-estruturas de afirmação do conhecimento, do saber e da experiência, traduzidas na criação de externalidades positivas para o tecido empresarial;
- a implantação participada de redes e formas de flexibilidade e excelência produtiva e organizacional onde a qualificação dos recursos humanos se articula com o desenvolvimento tecnológico e a inovação, exigidos pela melhoria contínua da capacidade competitiva, sob a pressão da reposta rápida a procuras diferenciadas.

A articulação dos processos de aprofundamento e alargamento na construção europeia – nomeadamente no que respeita à prossecução de objectivos de coesão e equidade, no plano económico e social, e de democratização e cidadania, no plano político e institucional – reforça a urgência da consolidação de um vasto conjunto de reformas estruturais com forte alcance institucional e sistémico.

Estas reformas estruturais devem ser impulsionadas por motivações de eficiência, em domínios bastante diversificados, do *"Bem-Estar"* (sistemas de saúde e segurança social) à *"Capacitação"* (sistema de ensino e formação e sistema de ciência, tecnologia e inovação), do *"Mercado"* (sistema fiscal e regime de concorrência) ao *"Estado"* (reorientação das políticas económicas públicas, sistema de justiça e modelo de administração pública).

4. *A Política monetária europeia, o Pacto de Estabilidade e Crescimento e o novo mix da política económica: a emergência das políticas estruturais*

A organização do "mix" da política macroeconómica confere uma relevância decisiva à política monetária e cambial, competindo à política orçamental e fiscal "conter-se" dentro de parâmetros rigorosos que garantam a credibilidade e sustentabilidade dos objectivos prioritários de estabilidade e controlo da inflação.

A consolidação da UEM e a introdução do euro vão, no entanto, criar condições para uma nova redefinição da configuração da política económica europeia, seja no plano da competência e autonomia das autoridades nacionais e supranacionais, seja no plano da articulação entre as políticas macro e microeconómicas, ao nível nacional.

Uma reforma da configuração da própria política económica, traduzida na criação de um novo doseamento de instrumentos e políticas mais favorável à actividade empresarial e à inovação e mais adaptado à diversidade do tecido empresarial, deverá, deste modo, fazer o seu caminho através da concretização de avanços significativos em direcção a novas políticas de carácter estrutural, dimensão horizontal e incidência microeconómica.

A reorientação das políticas económicas para a chamada economia real, estimulando a produtividade, a qualidade, a inovação, isto é, centrando-se no "capital humano" ou, mais rigorosamente, na qualificação das pessoas e das organizações, em particular, das empresas, potencia o desenvolvimento de novos factores de criação de riqueza e novos mecanismos de repartição do rendimento indutores de coesão social, assim exista discernimento para o compreender e realizar.

É preciso compreender que, criada a moeda única e definidas com rigor as condições da sua consolidação, nomeadamente ao longo do período de transição, não só há espaço para uma redefinição de prioridades ao nível dos objectivos da política económica, como é necessário que essa redefinição se faça sem sacrificar aquilo que foi obtido em matéria de convergência nominal, mas criando condições efectivas para que se possa conciliar crescimento económico com criação de emprego, com redução de desigualdades e com responsabilidade ambiental, num novo regime de iniciativa, risco e igualdade de oportunidades, e não de intervenções comandadas pelo Estado.

Em síntese, na Europa como no Mundo, os desafios a que importa responder parecem-nos ser os de "globalizar" a globalização, regulando-a com uma nova arquitectura para a economia mundial, "democratizar" a democracia, dando alma social e política à construção do futuro, desestatizando sem liberalizar onde o voluntarismo e a qualidade ética são decisivos para a justiça e a equidade, "inovar" a inovação e "arriscar" o risco, para criar mais riqueza, encontrando novas jazidas de criatividade e novas formas de repartição do rendimento, portadoras de sustentabilidade ambiental e de coesão social.

Os programas europeus de educação e formação orientados pelo objectivo da aprendizagem ao longo da vida devem responder, assim, em primeiro lugar a um desafio estratégico global muito mais vasto do que o espaço que normalmente

lhes é conferido de políticas sectoriais, ainda que dotadas de efeitos e impactos transversais.

A educação e a formação, numa lógica de ciclo completo e articulado e de interacção arrojada com o mundo do trabalho e do desenvolvimento empresarial, constituem, na encruzilhada que identificámos, o vector chave de renovação do modelo competitivo e do modelo social europeu situando-se no coração dos factores decisivos para a criação sustentada de riqueza.

Uma visão moderna da relevância da aprendizagem ao longo da vida implica, assim, valorizar quer o seu papel na melhoria da condução das políticas públicas, onde a coordenação, transversalidade e integração, constituem em sociedades complexas, o caminho adequado para restaurar a eficácia perdida de políticas autónomas de natureza vertical, quer o seu contributo para enfrentar os desafios cruciais que se colocam no plano social, político e económico, nomeadamente enquanto factor de aumento da competitividade, de aprofundamento da democracia e de promoção da coesão social no espaço europeu.

A construção desta visão e a adopção de uma estratégia adequada impõe, no entanto, uma reflexão aturada sobre o sentido e o alcance de expressões e referências que de tão usadas e convertidas numa espécie de "palavras mágicas" tendem a gerar confusões e a propiciar erros de análise e de acção. É, nomeadamente, o caso das expressões "*Sociedade de Informação*", "*Sociedade de Conhecimento*" e "*Sociedade de Aprendizagem*", já que não creio ser possível arriscar errar o alvo principal dos nossos esforços neste terreno fundamental.

A Europa dando passos credíveis e sustentados no seu processo de construção de formas duradouras de união económica, social e política vive, também, um problema próprio e específico, no mundo desenvolvido, traduzido numa elevada e persistente taxa de desemprego que coexiste e se interpenetra com uma "revolução" demográfica polarizada pelo envelhecimento da população e pela alteração dos modelos familiares.

As estratégias e os esforços no terreno das políticas de educação, formação e juventude são, assim, absolutamente determinantes, não como políticas sectoriais, mas como alavancas da simultânea resolução dos grandes problemas do presente e abertura dos novos caminhos de um futuro onde seja possível "casar" crescimento económico, sustentabilidade ambiental e coesão social.

A "equidade" é uma visão complexa e difícil, logo não especialmente atractiva, que, no entanto, se pode afirmar com as suas próprias realizações, isto é, conseguindo mudar o clima estrutural económico e social, acomodando e valorizando a iniciativa individual e premiando o mérito, mas não o egoísmo e o individualismo, e construindo sinergias entre valores e objectivos tidos por

contraditórios, como solidariedade e competitividade e diversidade e coesão, nomeadamente.

Para não ser uma mera utopia a "equidade" deve ter uma sólida base de sustentação na satisfação das necessidades das populações, por um lado, e na responsabilização dos próprios indivíduos e comunidades na sua própria capacitação, substituindo uma lógica de direitos defensivos e expectativas limitadas por uma lógica de expectativas elevadas e por um equilíbrio de direitos e responsabilidades.

Para ter ser uma base social activa a "equidade" exige a renovação, mais ou menos profunda, de muitas das instituições sociais actuais, das organizações aos "contratos sociais", geradas por um modelo de crescimento ultrapassado e totalmente desajustadas para a regulação da diversidade, da flexibilidade e da mobilidade, uma vez que foram criadas exactamente para o contrário, e a criação e afirmação de novas instituições de representação dos interesses e direitos sociais emergentes.

O futuro da Europa passa, em larga medida, por uma efectiva revalorização estratégica das políticas de educação e formação, sem as quais as políticas de juventude se arriscam a converter-se em políticas sectoriais, como tantas outras, resvalando para lógicas meramente reactivas, em vez de assumirem o seu crucial papel transversal de principal política proactiva na renovação das sociedades.

Numa encruzilhada desta dimensão, com uma redução sensível do ciclo de vida dos produtos, dos equipamentos, das ferramentas e, também, das qualificações e das competências, formais, não formais e informais, a caracterizar progressivamente as nossas economias e sociedades, importa não errar na identificação de instrumentos e objectivos e na selecção de prioridades.

"Sociedade da informação", "Sociedade do Conhecimento" e "Sociedade de Aprendizagem" não são, assim, formas equivalentes, nem objectivos ou realidades comparáveis. Creio que não podemos errar na escolha do alvo principal, sobretudo se a escolha for feita com base em valores e critérios democráticos de equidade e coesão, de justiça e sustentabilidade intergeracional.

A informação é relevante quando permite produzir e difundir conhecimento, o conhecimento é decisivo quando se generaliza e ilumina as pessoas e as organizações. A aprendizagem ao longo da vida é, neste contexto, a chave da estratégia de futuro para a Europa.

Optar pela "Learning Society" é valorizar decisivamente a circulação da informação como instrumento, como matéria-prima decisiva para as economias de rede onde a inteligência se converte no principal motor de produção", mas é também perceber que endeusar a "sociedade da informação" seria confundir meios com fins e perder grande parte das potencialidades da presente conjuntura de transição e mudança: a informação por si só transformar-se-ia em ruído sem sentido nem valor.

Optar pela "Learning Society" é valorizar decisivamente a utilização criativa do conhecimento para satisfazer expectativas e necessidades humanas e sociais, encarando o conhecimento como realidade aberta e evolutiva, como permanente ponto de partida em ciclos de valorização. Dar prioridade à renovação e produção de competências e qualificações, diversificando e alargando as vias da sua obtenção, significa aproveitar as oportunidades da informação e do conhecimento, para produzir progresso económico e social, utilizando a inteligência e a inovação para colocar as economias ao serviço das pessoas e os Estados ao serviço dos cidadãos.

O inquestionável privilégio que propomos para o objectivo da "Sociedade de Aprendizagem" não implica qualquer desvalorização das iniciativas que se referenciam à "Sociedade da Informação" e à "Sociedade do Conhecimento" mas, ao contrário, uma concepção onde a aprendizagem constitui, afinal, um processo através do qual o conhecimento e a informação se transformam em sabedoria e competências capazes de mudar, dinamicamente, valores e comportamentos.

Esta concepção da aprendizagem ao longo da vida não fica, portanto, restrita, aos indivíduos, alargando-se às instituições e às organizações, nem se confunde com um problema restrita à lógica dos agentes e protagonistas das instituições de educação e formação.

Numa verdadeira sociedade de aprendizagem, toda a sociedade se envolve, articulando mecanismos formais e informais, as tecnologias de informação servem a melhoria contínua da comunicação e, sobretudo, os assuntos da "aprendizagem" situam-se, privilegiadamente nos níveis meso das comunidades, das regiões, das cadeias de valor, das plataformas de desenvolvimento tecnológico que podem produzir e gerir diversidade de conteúdos, de estilos e de métodos, com vantagem sobre os modelos centralistas ou atomizados.

Optar pela "Learning Society" é ajudar a dar conteúdo à procura da "equidade" como processo suportado por instituições e práticas potenciadoras dos esforços

produtivos competitivos e geradoras da solidariedade necessária à mudança e à mobilidade, privilegiando, deste modo, o funcionamento da Sociedade como mecanismo decisivo para a conquista de uma efectiva e dinâmica igualdade de oportunidades

Optar pela "Learning Society" significa, finalmente, colocar a capacidade de aprender ("aprender a aprender" como síntese efectiva do aprender a conhecer, do aprender a fazer e do aprender a ser) como principal mecanismo competitivo numa economia inovadora na medida em que, no limite, é da qualidade das organizações e dos recursos humanos que dependerá progressivamente a capacidade de atrair e consolidar actividades e de criar riqueza de forma sustentada.

Cinco questões cruciais podem resumir o essencial dos desafios de sistemas de educação e formação onde a aprendizagem ao longo da vida se configure como alavanca da inovação, da competitividade e da igualdade de oportunidades:

- A "nova economia" e a dinâmica de procura, que se afirmam com a globalização, arrastam uma aceleração do tempo das transformações económicas e sociais num ambiente muito mais competitivo, e com ela, uma volatilidade dos conhecimentos, qualificações e competências, impondo uma construção activa de novas formas de ***mobilidade no espaço europeu***, nomeadamente para os mais jovens, em estreita articulação com os programas de educação e formação que derem corpo ao novo modelo de aprendizagem ao longo da vida;
- A desconcentração temporal dos momentos de educação e formação num modelo efectivo de aprendizagem ao longo da vida obriga a uma profunda revisão das visões que moldam a ***formação inicial***, na medida em que a sua abertura sobre a inovação, na economia, e a justiça e a cidadania, na sociedade, obriga a fugir do paradigma da transmissão de informação e conhecimentos relativamente uniformizada para construir um novo paradigma de "aprender a aprender" capaz de conviver com a diversidade e a complexidade, obriga a monitorar e a avaliar prioritariamente os ***resultados*** traduzidos em capacidades e competências adquiridas por ***pessoas*** (como "condições de partida" substanciais para novas aprendizagens) em vez dos ***processos*** geridos por ***organizações*** mobilizando recursos numa lógica de oferta educativa (como "condições de chegada" formais);

- A aprendizagem ao longo da vida está, como procurámos mostrar, associada aos esforços de conquista de maior eficiência na regulação do desenvolvimento económico e de maior democraticidade no funcionamento da sociedade. Neste sentido, ***educar e formar ao longo da vida*** implica, também, uma reconsideração dos conceitos e práticas da "formação contínua" que deverá significar, muito menos, reciclar e refrescar informação e conhecimentos, e muito mais, ***desenvolver e potenciar competências e sabedoria***, diversificando formas e meios pedagógicos e valorizando as novas formas de comunicação, nomeadamente no que respeita à revitalização do ensino interactivo à distância;
- Os objectivos enunciados para um novo paradigma de aprendizagem ao longo da vida obriga, por outro lado, a mudar o centro nevrálgico das políticas de educação e formação, do financiamento aos conteúdos, isto é, não mais políticas centradas nas instituições e nos processos, mas antes ***políticas centradas nas pessoas e nos resultados***, visando produzir competências robustas e dinâmicas
- A aprendizagem ao longo da vida, se representa um novo paradigma moldado numa sociedade em transformação acelerada e articulado com novas exigências competitivas das economias na era da globalização, deve representar, também, uma ***profunda reforma e inovação institucional no campo da educação e da formação*** que só se poderá afirmar dinamicamente nos espaços situados entre o "muito grande" (centralização) e o "muito pequeno" (atomização), isto é, ao nível das comunidades e regiões com massa crítica suficiente para construir novas vantagens competitivas geradoras de emprego, riqueza sustentáveis onde, precisamente, os sistemas de educação e formação e de ciência e tecnologia se cruzam, na utilização inteligente das novas tecnologias da informação e da comunicação, para inovar.